

Dívidas já equivalem a 20% do PIB

BRASÍLIA — A dívida de Estados e municípios cresceu 20 vezes nas últimas três décadas. Segundo levantamentos da Secretaria do Tesouro Nacional, governos estaduais, prefeituras e suas empresas estatais devem hoje, no total, R\$ 128 bilhões, algo próximo a 20% do Produto In-

terno Bruto (PIB). Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que deviam 1% do PIB em meados da década de 60.

Cerca de um terço do total corresponde às dívidas mobiliárias (em títulos). O restante são dívidas contratuais, referentes a empréstimos do Tesouro e de bancos oficiais para pagar dívida externa, financiar programas de habitação e saneamento e honrar compromissos com bancos privados.

O tratamento dado pela União ao endividamento de Estados e municípios sofreu profundas mudanças. Até meados da década de 80, não

havia preocupação em garantir que as dívidas seriam pagas. Não se exigiam garantias pelos empréstimos e os juros cobrados eram negativos.

Em 1987, por exemplo, o Ministério da Fazenda, com o Voto 340, refinanciou dívidas bancárias e deu "dinheiro novo" aos Estados mais pobres, que não tinham bancos estaduais fortes para financiá-los. O Voto 548 deu aos Estados ricos recursos para que tapassem

rombos nas contas de reserva de seus bancos estaduais.

Os governadores tinham 18 meses para começar a pagar os empréstimos. Terminado o prazo, eles pres-

sionaram e obtiveram mais um ano de carência. Em seguida, a Lei 7.976 de 1989, somou todas as pendências de Estados e municípios e as parcelou em 20 anos. Em 1993, a Fazenda decidiu organizar os pagamentos dos Estados aos bancos oficiais, pois a inadimplência estava muito alta. O governo juntou as dívidas e passou-as para o Tesouro, que ficou incumbido de cobrar dos Estados.

A operação foi feita sob o comando do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. A rolagem de 1993 é considerada uma das melhores operações feitas pelo governo. Os Estados não deixam de pagar as parcelas, pois o Tesouro exigiu como garantia as cotas do Fundo de Participação dos Estados e a receita própria dos Estados — a arrecadação do ICMS. A Caixa Econômica Federal, a maior credora, recebe cerca de R\$ 180 milhões mensais.

Os governadores se comprometeram a gastar até 11% das receitas para pagar as parcelas da dívida rolada em 1993. Agora, querem mudar as condições acertadas em 1989 e 1993. Reivindicam redução do percentual de comprometimento e 30 anos de prazo, como conseguiram Minas e Rio Grande do Sul para pagar suas dívidas mobiliárias. A equipe econômica, porém, está convencida de que a solução passa por manter as regras acertadas no passado. (L.A.O.)

**ATÉ ANOS
80 NÃO SE
EXIGIAM
GARANTIAS**